

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Exercício de 2017

1 de 2

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | | | |
|----------------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | |
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 17.143,59 | 0,00 | PESSOAL E ENCARGOS | 8.861.065,09 | 7.739.960,61 |
| EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 17.143,59 | 0,00 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 7.600.176,61 | 6.549.065,43 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 62.004,79 | 0,00 | ENCARGOS PATRONAIS | 1.260.888,48 | 1.190.895,18 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 62.004,79 | 0,00 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 2.850.158,29 | 3.184.381,54 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 9.981.096,41 | 11.259.044,42 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 2.141.364,73 | 2.076.083,06 |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 5.175.986,01 | 4.692.478,27 | SERVIÇOS | 708.793,56 | 1.108.298,48 |
| TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 4.805.110,40 | 6.566.566,15 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 34,87 | 0,00 |
| VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA | 419.681,77 | 0,00 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 34,87 | 0,00 |
| GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 419.681,77 | 0,00 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 5.551,90 | 69.213,99 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 2.883,80 | 393.966,98 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 5.551,90 | 69.213,99 |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 2.883,80 | 393.966,98 | TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS | 11.716.810,15 | 10.993.556,14 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS | 10.482.810,36 | 11.653.011,40 | RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) | 0,00 | 659.455,26 |
| RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT) | 1.233.999,79 | 0,00 | TOTAL | 11.716.810,15 | 11.653.011,40 |
| TOTAL | 11.716.810,15 | 11.653.011,40 | | | |



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Exercício de 2017

2 de 2

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercicio Atual | Exercicio Anterior |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVO | 441.689,86 | 393.966,98 |
| INVESTIMENTOS | 441.689,86 | 393.966,98 |





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal de Saúde surge inscrita sobre o CNPJ 11.464.118/0001-97, estando atualmente localizada na Rua 21 de Abril, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> <http://pemmac.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal de Saúde, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 672/2016 de 08/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;



Lei 674/2017 de 03/01/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utiliza de outro sistema. Considerando o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado



líquido das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.

1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos: Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais e transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, instituições privadas sem fins lucrativos.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 441.689,86, sendo este 12,11% maior que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 393.966,98.



4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 1.233.999,79, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

TERESA CRISTINA DE ALBUQUERQUE TEOBALDO
Secretária Municipal de Saúde

JOÃO PAULO DE MEDEIROS
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 2

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------------------------------------------|---------------------|---------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | |
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 12.967,16 | 0,00 | PESSOAL E ENCARGOS | 977.208,20 | 617.620,91 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 12.967,16 | 0,00 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 800.667,74 | 552.260,80 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 1.394.707,63 | 1.394.209,40 | ENCARGOS PATRONAIS | 176.540,46 | 65.360,11 |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 679.458,43 | 829.426,96 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 0,00 | 1.500,00 |
| TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS | 715.249,20 | 564.782,44 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 0,00 | 1.500,00 |
| VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 26.056,33 | 0,00 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 568.569,94 | 706.918,75 |
| GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 26.056,33 | 0,00 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 366.940,19 | 534.560,29 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 0,00 | 34.488,78 | SERVIÇOS | 201.629,75 | 172.358,46 |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 0,00 | 34.488,78 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 5,12 | 0,00 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS | 1.433.731,12 | 1.428.698,18 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 5,12 | 0,00 |
| RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT) | 130.827,66 | 948,05 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 18.775,52 | 103.606,57 |
| | | | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 18.775,52 | 103.606,57 |
| TOTAL | 1.564.558,78 | 1.429.646,23 | TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS | 1.564.558,78 | 1.429.646,23 |
| | | | TOTAL | 1.564.558,78 | 1.429.646,23 |



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 de 2

ISOLADO:4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercicio Atual | Exercicio Anterior |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVO | 28.919,46 | 34.488,78 |
| INVESTIMENTOS | 28.919,46 | 34.488,78 |





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrita sobre o CNPJ 15.424.996/0001-30, estando atualmente localizada na PC Maria Aurora nº12, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública do referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> <http://pemma.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 672/2016 de 08/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 674/2017 de 03/01/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2017;



Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.



1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais.

Valorização e Ganhos com Ativos: Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Pessoal e Encargos: além dos registros das despesas executadas com a remuneração do pessoal ativo da entidade e os encargos patronais, neste grupo temos o registro patrimonial das obrigações com provisão de 13º salário e férias, e seus respectivos encargos patronais, que são registrados mensalmente mediante informações encaminhadas pelo setor de pessoal.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas: Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, instituições privadas sem fins lucrativos.

3. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Incorporações de Ativo se referem ao saldo total de aquisições de itens do imobilizados, referentes a bens móveis e imóveis contabilizados como despesa de capital no grupo 4.4.00.00. Os resultados das variações patrimoniais qualitativas apresentam um saldo positivo num total de R\$ 28.919,46, sendo este 19,26% menor que resultado positivo de 2016 num valor total de R\$ 34.488,78.

4. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 130.827,66, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

JOSINALDO JOSÉ GOMES

Secretário Municipal de Assistência Social

JOÃO PAULO DE MEDEIROS

Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO

Contador CRC PE nº 021930/O-0

PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 de 2

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | | | | |
|-------------------------------------------------------------|------------------|--------------------|--------------------------------------------------------|------------------|--------------------|
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | |
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 8.599,08 | 0,00 | PESSOAL E ENCARGOS | 0,00 | 12.499,21 |
| REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 8.599,08 | 0,00 | ENCARGOS PATRONAIS | 0,00 | 12.499,21 |
| TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 70.556,54 | 127.180,20 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 43.343,63 | 216.443,76 |
| TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 70.556,54 | 127.180,20 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 3.187,43 | 5.187,66 |
| OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 0,05 | 374,25 | SERVIÇOS | 40.156,20 | 211.256,10 |
| DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 0,05 | 374,25 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 0,00 | 352.657,55 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS | 79.155,67 | 127.554,45 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 0,00 | 352.657,55 |
| RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT) | 0,00 | 454.046,07 | TRIBUTÁRIAS | 18.517,19 | 0,00 |
| TOTAL | 79.155,67 | 581.600,52 | CONTRIBUIÇÕES | 18.517,19 | 0,00 |
| | | | TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS | 61.860,82 | 581.600,52 |
| | | | RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT) | 17.294,85 | 0,00 |
| | | | TOTAL | 79.155,67 | 581.600,52 |



PREFEITURA DO LAGOA DE ITAENGA

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro(31/12/2017)

ISOLADO:5 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Exercício de 2017

2 de 2

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA) | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|--------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | Exercicio Atual | Exercicio Anterior |
| INCORPORAÇÃO DE ATIVO | 0,00 | 374,25 |
| INVESTIMENTOS | 0,00 | 374,25 |





NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Lagoa de Itaenga é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente surgiu inscrita sobre o CNPJ 05.548.385/0001-40, estando atualmente localizada na Rua Maria Aurora, nº12, Centro de Lagoa de Itaenga, representando entidade máxima na administração pública no referido município, sendo a sede do poder executivo.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/> e <http://pemmac.dcfiorilli.com.br:8078/transparencia/>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Lagoa de Itaenga integra a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 672/2016 de 08/09/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 674/2017 de 03/01/2017, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Lagoa de Itaenga para o exercício de 2017;



Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <http://www.itaenga.pe.gov.br/>

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, na maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, revelando o resultado patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Município durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas. Em 2016 e 2017 não foram deduzidas as receitas e despesas intraorçamentárias na DVP, conforme demonstrativo.



1. Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Aumentativas, sendo:

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras: Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras.

Transferências e Delegações Recebidas: Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais e transferências de instituições multigovernamentais.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores.

2. Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

A seguir, algumas considerações sobre a composição das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo:

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação do ente público. Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tributárias: Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas ao pagamento de contribuição para ACS – Associação Conexão Social.

3. Análise do Demonstrativo

O resultado econômico apurado no exercício entre as variações aumentativas e diminutivas apresentaram um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 17.294,85, devidamente incorporado ao Patrimônio Líquido da entidade.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

EDNA MARIA DE OLIVEIRA SILVA
Presidenta do COMDICA

JOÃO PAULO DE MEDEIROS
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0